

Preservar e valorizar o Porto Comercial de Faro



Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP propuseram, em *jan.* último, que a AR recomende ao Governo que:

Preserve e valorize o Porto Comercial de Faro (P.C. Faro), designadamente na vertente de transporte de mercadorias e de passageiros... rejeitando qualquer projecto que vise o seu desmantelamento;

Mantenha toda a frente sul do terraplano do P.C. Faro **afecta à actividade comercial** de carga e passageiros, garantindo que... eventuais infraestruturas ligadas à náutica de recreio, sejam redireccionadas para a frente norte do terraplano;

Promova junto do tecido empresarial, a utilização do P.C. Faro no transporte de matérias-primas, bens intermédios e de consumo... e melhore as condições para a sua movimentação;

Estude a possibilidade de utilização do P.C. Faro no segmento do turismo marítimo/cruzeiros oceânicos.

Qualquer política de desenvolvimento regional no Algarve, tem de contar com a dinamização da sua actividade portuária, de modo a viabilizar e recuperar a produção regional. Em particular, valorizar a valência comercial (no turismo marítimo e no transporte de passageiros e carga) e aproveitar todas as suas potencialidades.

O P.C. Faro, com boas e amplas acessibilidades e interfaces logísticas com todos os outros modos de transporte, fica localizado a sul da cidade, fora da zona urbana, num terraplano que integra duas áreas: a actual zona vedada – o **Terminal Multiusos** – e a restante **Área de Reserva Portuária** – para outras utilizações portuárias. Em 2015 foi alvo de uma dragagem de reposição de fundos e de beneficiação do cais vertical.

Factores conjunturais provocaram naturais flutuações na movimentação de cargas no P.C. Faro. Houve uma quebra significativa no início dos anos 2000, depois de cancelado o abastecimento de combustível por via marítima para o aeroporto e para a região; veio a retomar a movimentação de cargas, com destaque para o cimento, atingindo em 2015 cargas máximas de 400.000 t, num

porto dimensionado para o máximo de 500.000 t.

O decréscimo registado em 2016, para 158.000 t e, em 2017, para 78.000 t, foi aproveitado por alguns sectores para defender a desactivação do porto e a reafecção a outras actividades. Foi o caso, em 2011, de um operador privado que pretendia a concessão de uma parcela do domínio público marítimo para instalar um estaleiro de reparação naval, alojamentos, zona comercial, estacionamento de embarcações de recreio e uma escola náutica de recreio. Ou de, em 2017, o projecto do executivo municipal PSD/CDS de utilizar o terraplano do P.C. Faro para construção de uma marina de recreio, zonas residenciais, comércio, serviços e instalações para o Centro de Ciências do Mar da UAlg, um oceanário e uma zona de incubação de empresas.



REGIÕES	Modo RODOVIÁRIO		Modo MARÍTIMO	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída
Algarve	92,7 %	98,7 %	0,3 %	0,3 %
Alentejo	35 %	41 %	20 %	57 %
Lisboa	63,8 %	66,3 %	31,7 %	26,8 %
Norte	67 %	75,5 %	30 %	20 %

Excerto da distribuição relativa das Mercadorias chegadas e expedidas, segundo o Modo de transporte (INE, 2011)

A investigação científica na área das ciências do mar potencia a recuperação das actividades produtivas regionais ligadas ao mar. Mas, isso não deve ser alcançado desactivando definitivamente e irreversivelmente o P.C. Faro, privando o Algarve de uma infraestrutura portuária fundamental na recuperação do aparelho produtivo regional. Aliás, a frente ribeirinha de Faro tem dimensão para acolher aquelas várias valências. A concretizar-se a marina de recreio em Faro, poderá afectar-se a zona norte do terraplano do P.C. Faro, mais

próxima da cidade e com um plano de água mais tranquilo, para essa actividade.

O Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética estabelece, no sector dos transportes, uma crescente transferência do transporte rodoviário de mercadorias para o modo marítimo. No Algarve, esta transferência é residual e contrasta com o resto do país (*quadro*). A preservação do P.C. Faro, além de um imperativo ambiental, é fundamental para a recuperação da produção no Algarve. Por outro lado, esta actividade portuária poderá viabilizar o turismo marítimo, devendo articular-se com o Porto Comercial de Portimão, a bem da dinamização da economia e da criação de emprego, na região.



Apresentação Pública do PCP Transportes e Mobilidades no Algarve

Com uma sala cheia, nas instalações da JF de São Pedro, o PCP realizou em 19 *fev.* 2018 uma apresentação pública dedicada aos Transportes e Mobilidades no Algarve e no conselho de Faro. Protagonizada pelo Deputado **Paulo Sá**, a apresentação incidiu especialmente sobre **seis Projectos de Resolução** que o Partido acabou de apresentar na A.R.:

Pela abolição das portagens na Via do Infante e a rápida **conclusão das obras de requalificação da EN 125**

Pela melhoria do transporte Ferroviário no Algarve

Pela criação urgente da Administração dos Portos do Algarve

Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Faro

Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Portimão

Por um Aeroporto de Faro ao serviço do desenvolvimento nacional

Seguiu-se um animado debate sobre o défice estrutural de desenvolvimento concelhio e regional, e o modo de interagir, junto e com as populações, pela sua reversão.



A destruição do Serviço Postal e o controlo público dos CTT

Assembleia Municipal de Faro cúmplice com os accionistas e a inação do Governo PS

A Lei Postal garante "... a existência e a prestação do serviço universal..." i.e., a "oferta de serviços postais com qualidade específica... de forma permanente em todo o território nacional, a preços acessíveis... visando as necessidades de comunicação da população e das actividades económicas e sociais" e determina a sua reavaliação pelos Governos a cada 5 anos.

Também no Algarve, onde já foi encerrada uma estação em Loulé, a população está preocupada não só com a má qualidade do serviço prestado pelos CTT, na sequência da afronta aos direitos dos trabalhadores e das

PCP APOSTA NO TRABALHO AUTÁRQUICO

populações e do crime contra os interesses nacionais, que constituiu a sua privatização pelo Governo PSD/CDS.

Enquanto os accionistas exigem todos os anos mais dividendos, mesmo à custa das reservas ou do endividamento da empresa (como no ano passado) e vendem património, os balcões vão encerrando e os trabalhadores,



gradualmente, sendo despedidos.

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), em resposta à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da A.R., manifestou já "a sua mais profunda preocupação..." e afirmou que "Não é possível

garantir-se uma qualidade de serviço adequada com reduções de trabalhadores e de estações dos CTT."

Face à consciência de que a população do concelho de Faro também sente os efeitos da privatização dos CTT e que teme pelo futuro deste serviço público, os eleitos do PCP/CDU na Assembleia Municipal (AM) entenderam que esta, ao contrário do Governo minoritário do PS (cúmplice por inação com os accionistas da empresa) não podia ficar indiferente.

Neste sentido propuseram na última reunião da AM que esta deliberasse a exigência de recuperar o controlo público e de propriedade dos CTT, solidarizando-se com a posição assumida pela ANMP e com a luta das populações e dos trabalhadores, manifestando o mais vivo repúdio por qualquer tentativa de encerramento dos CTT no concelho, reclamando o cumprimento da Lei Fiscal e a melhoria de qualidade do Serviço Postal.

A Assembleia Municipal RECUSOU a proposta do PCP !

Ria Formosa: mais uma vez Não às demolições – Sim à requalificação

Considerando o direito a viver e a produzir na Ria Formosa, e o mandato do Ministro do Ambiente do PS dirigido à Comissão Liquidatária da Sociedade POLIS Litoral Ria Formosa para que tome posse administrativa de mais 22 habitações nos núcleos dos Hangares e do Farol (ilha da Culatra), com vista à sua demolição coerciva, os eleitos do PCP/CDU "convidaram", através de uma moção, a Assembleia Municipal (AM) de Faro, reunida em 19 fev.18, a manifestar a sua solidariedade e apoio às comunidades locais e às sua

associações, vítimas das demolições.

Com o Salão Nobre da CMF a abarrotar, os muitos 'ilhéus' presentes viram a AM Faro (excluindo os eleitos do PCP, BE e MPT) recusar aquele 'convite', bem como, o apelo de acabar com o processo de demolições e de iniciar o processo de requalificação de todos os núcleos urbanos e dos espaços balneares das ilhas-barreira e, a necessidade de traduzir o reconhecimento dos seus valores social, económico, histórico e cultural, em todos os

instrumentos legais de ordenamento do território (em particular no POOC Vilamoura – VRStº António, e no PDM de Faro, ainda em revisão).

Perdeu-se assim mais uma oportunidade de condenar este processo iniciado pelo Governo PSD/CDS, continuado agora pelo actual Governo PS que, em nome de 'valores ambientais', querem entregar este valioso território aos interesses dos grupos económicos, como aliás se verifica em grande parte do litoral algarvio.

É preciso afirmar o direito a viver e produzir na Ria Formosa!

e a Declaração de Voto do PCP na Assembleia da República

O PCP aprovou o texto final da Proposta de Lei nº 98/XIII/3ª apresentada pelo PS – com alterações introduzidas pelo PSD e BE – que permite a atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico (DPH) apenas a uma parte



das habitações de um único núcleo populacional (Culatra), e por um período de tempo limitado – na prática 10 anos. Paulo Sá, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, apresentou uma Declaração de Voto explicando que esta iniciativa fica aquém do necessário, não resolvendo de forma satisfatória o problema da legalização das edificações dos núcleos habitacionais das ilhas-barreira da Ria Formosa.

Primeiro, porque o Governo mentiu aos Culatrenses – a proposta inicial de 6 out.2017, previa a atribuição das licenças por um período que não podia exceder um total de 30 anos; e o Governo tinha prometido à população

culatrense a emissão de licenças por 30 anos, renováveis. O PCP foi o único partido que votou contra a alteração desta norma, que passou a exigir a comprovação das licenças de 10 em 10 anos.

Depois, porque o Governo desrespeitou uma Resolução da A.R. (iniciativa do PCP) aprovada em 27 out.2016, que recomendava ao Governo o reconhecimento do valor social, económico e cultural de todos os núcleos habitacionais das ilhas-barreira, e traduzisse esse reconhecimento nos diversos instrumentos de planeamento e ordenamento do território e requalificasse todos os núcleos. Ora, a proposta atribui as licenças apenas às habitações do núcleo da

Culatra, deixando de fora os restantes núcleos das ilhas-barreira, incluindo os núcleos dos Hangares e do Farol, também eles localizados na ilha da Culatra.

Em terceiro lugar porque a proposta, com as alterações do PSD, PS e BE, atribui as licenças de utilização privativa do DPH, apenas a situações de 1ª habitação ou associadas ao exercício de actividade profissional ligada à pesca ou a serviços à comunidade! O PCP reafirma a necessidade de encontrar uma solução definitiva para todos os núcleos populacionais das ilhas-barreira, reconhecer na lei a existência desses núcleos, aprovar e concretizar os projectos de intervenção e requalificação em todos eles. É preciso apoiar as actividades económicas desenvolvidas na Ria Formosa, designadamente as piscatórias e de marisqueio, requalificar o sistema lagunar e implementar medidas de protecção da orla costeira.